

EDITORIAL

As políticas governamentais que vêm sendo implementadas no Brasil, de uns tempos para cá, têm acenado na direção de um modelo neoliberal que apregoa o mercado como sendo o principal regulador e solucionador dos problemas sócio-político-econômicos.

De semelhante forma, no México e na Argentina, para citar apenas dois países, desestatizar e privatizar têm sido a palavra de ordem. O preço que eles vêm pagando para trilhar a chamada estabilização econômica tem sido muito alto. Recessão e incerteza são alguns dos espectros que rondam essas nações.

O Brasil do Plano Real parece vir seguindo a mesma cartilha e, portanto, poderá incorrer nos mesmos riscos. Uma das diferenças é que ele conta com uma Constituição que traz alguns embaraços à corrente privatista. E é exatamente às modificações nessa Constituição de 1988 que o povo brasileiro deve ficar atento.

Uma das dificuldades da sociedade para defender as chamadas conquistas sociais e os avanços democráticos preconizados nessa Constituição é que muitos deles ainda não saíram do papel, pois não foram regulamentados. Como não houve interesse das elites em concretizá-los, permaneceram adormecidos no texto magno. Para evitar que esses direitos ganhem vida é que se quer extirpá-los da lei.

Fim da estabilidade para o funcionalismo público, cessação da aposentadoria integral e por tempo de serviço, quebra de monopólios na área petrolífera e de comunicações, vinculação de recursos à educação, revisão do princípio de gratuidade do ensino público, autonomia universitária, revisão do direito de greve: eis alguns dos pontos que poderão ser atacados nesse processo revisionista do texto constitucional.

Tudo isso visando combater o chamado gigantismo do Estado e se posicionando em favor de um "Estado mínimo". Ora, a questão não é de tamanho nem de intervenção do Estado na economia. Mesmo porque a administração pública direta no Brasil gera menos que 20% do PIB. Na

Alemanha, Inglaterra, França e mesmo nos Estados Unidos da América esta cifra chega a 45%.*

A verdade é que o Estado deveria ser mais presente, digamos mais gigante, nas áreas da saúde e da educação, por exemplo. Por que diminuir a presença do Estado nessas e noutras áreas? Será que é porque ao projeto neoliberal não interessa a carência das maiorias, senão as oportunidades de lucro num grande mercado?

Modernização da economia, privatização do Estado, abertura de mercado, terceirização, flexibilização, todas essas palavras do momento significam pouco quando os princípios da democracia, da cidadania e da soberania são esquecidos.

A soberania de um país está diretamente relacionada à capacidade de se construir a cidadania. Não existe democracia plena com ausência de cidadania. A construção desta não se faz através das leis de mercado, principalmente numa sociedade injusta, onde as oportunidades são desiguais. A cidadania se constrói com lutas pelos direitos essenciais da maioria.

Ao que tudo indica, mais uma vez será necessária a mobilização social nas ruas, como na época das "diretas já", para defender os poucos avanços conseguidos na Constituição de 1988 e se tentar outros marcos na direção da democracia.

É dever da sociedade lutar pelo seu projeto de LDB, aquele que pode não ser o ideal, mas pelo menos teve a participação popular em sua discussão nacional. Não deixar que de última hora surja um projeto de LDB de gaveta para atender a interesses outros que não aqueles que defendem uma educação de qualidade, ensino público e gratuito em todos os níveis, democratização da gestão das instituições de ensino, plano de carreira e de capacitação para docentes, incentivo à pesquisa, ampliação dos recursos para a educação, garantia de ingresso e permanência na escola para todas as crianças e erradicação definitiva do analfabetismo.

É dever da sociedade lutar também contra os pesados serviços das dívidas interna e externa que chegam a consumir mais de 60% do orçamento nacional.*

* Cadernos ANDES nº 13. Brasília - Junho 1994.

Lutar contra a recessão na cidade e no campo, contra o arrocho salarial e contra um cenário de desemprego. Lutar por uma reforma agrária e por uma política agrária voltadas para as reais necessidades da população. Lutar por uma política de saúde coerente às carências nacionais e pela democratização da comunicação no país.

Sobretudo é preciso que se defenda uma Constituição que acene diretamente ao pagamento da enorme dívida social do Estado para com a maioria da população brasileira nas áreas da alimentação, da saúde, da moradia, da educação e do emprego com salário e aposentadoria dignos.

Noutras palavras, uma Constituição que propicie, no lugar da acumulação de capital, uma distribuição mais justa de oportunidades para a produção e usufruto da riqueza nacional.

José de Castro
Editor responsável